



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

14 de agosto de 2018

Diário Catarinense e A Notícia Giro Financeiro "Gastos ocultos"

Gastos ocultos / João Rogério Sanson / Professor / UFSC

TERÇA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 2018

GIRO FINANCEIRO

Terça



MACROECONOMIA
JOÃO ROGÉRIO SANSON
PROFESSOR DE ECONOMIA DA UFSC

Gastos ocultos

O Brasil é um país em que pessoas de renda mais alta conseguem uma fatia maior da renda total do que em países de renda média próxima à nossa. Para minorar isso, várias políticas econômicas visam a redistribuir renda e, ao mesmo tempo, estimular o crescimento econômico. As renúncias tributárias são uma forma de fazer isso.

As renúncias tributárias da União foram estimadas pela Receita Federal em 4,2% do Produto Interno Bruto (PIB) na média dos últimos seis anos. Em 2017, a conta foi de R\$ 265 bilhões. Na verdade, essa receita não arrecadada equivale a um gasto oculto que não faz parte do Orçamento Geral, pois teria uso em serviços públicos alternativos.

Para dar uma ideia da importância dessas renúncias, basta lembrar dos R\$ 268 bilhões da estimativa oficial do déficit da Previdência Social de 2017. Os valores são praticamente iguais.

Entre os tributos federais com maior participação nas renúncias, em 2016, estão o Imposto de Renda, com 36%, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, com 23%, e a Contribuição para a Previdência Social, com 21%. Esses três tributos, portanto, respondem por 80% do total.

A grosso modo, um terço das renúncias tributárias estão associadas a funções orçamentárias sociais, com o resto indo para benefícios ao setor produtivo.

Como proporção do PIB regional, o Norte é a região mais beneficiada, com 9,4% de seu PIB de 2016. Isso se explica pela importância da Zona Franca de Manaus no total das renúncias. Em seguida, vêm o Sul, o Sudeste, o Nordeste e o Centro-Oeste. O Sul recebe 4,4% de seu PIB contra 3,6% para o Nordeste.

Comparado à arrecadação federal em cada região, novamente o Norte é a região mais beneficiada, com retorno em renúncia tributária de 99%, seguida pelo Nordeste (33%) e pelo Sul (26%).

Uma explicação para o retorno obtido pelo Sul, com renda média maior do que o Nordeste, está no Simples Nacional. A renúncia tributária por meio do Simples Nacional para o Sul foi de 42% do total de renúncias para a região, em contraste com a média nacional de 28%.

Uma renúncia tributária é uma redução de impostos. O ideal seria fazer isso sem diminuir a quantidade e a qualidade de serviços como saúde, educação, segurança e outros. Mas a redução para grupos ou regiões específicas é diferente de tributar menos todos os contribuintes. Na medida em que cresce a demanda por mais serviços públicos, de melhor qualidade, aumentará a carga tributária sobre os não beneficiários das renúncias.

Várias das renúncias tributárias, contudo, incentivam atividades com reconhecidos benefícios para o desenvolvimento econômico e social do país. Mas sua duração e eficácia devem ser reavaliadas periodicamente de modo que sua redução também contribua para o aumento da capacidade de investimento do setor público.

A DURAÇÃO E A EFICÁCIA DAS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS DEVEM SER REAVALIADAS PERIODICAMENTE DE MODO QUE SUA REDUÇÃO CONTRIBUA PARA O AUMENTO DO INVESTIMENTO DO SETOR PÚBLICO

Diário Catarinense e A Notícia Artigo

“A dívida pública e o novo governador de SC”

A dívida pública e o novo governador de SC / Lauro Mattei / Professor / Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFSC / Crise econômica / Lei de Responsabilidade Fiscal / LRF

ARTIGO

A DÍVIDA PÚBLICA E O NOVO GOVERNADOR DE SC



LAURO MATTEI
Professor do Dep. de
Economia e Relações
Internacionais de UFSC

A dívida pública é um dos temas de grande relevância na atual situação econômica do país, uma vez que ela coloca em discussão um conjunto de limites às políticas macroeconômicas, especialmente daquelas voltadas ao estímulo dos investimentos produtivos e da retomada do crescimento econômico em bases mais sólidas.

A crise econômica que vem afetando o país desde 2014 recolocou na ordem do dia o problema fiscal brasileiro ao desvelar fragilidades na gestão do orçamento público em diversas unidades da federação, muitas das quais foram impedidas de continuar cumprindo os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) aprovada em 2000. Embora Santa Catarina ainda mantenha a questão da dívida pública dentro dos limites institucionais, é importante que o assunto seja debatido publicamente, especialmente no momento em que se escolherá um novo governador para os próximos quatro anos.

Devido à complexidade do assunto, vamos focar a discussão a alguns aspectos que se tornaram mais evidentes recentemente. O primeiro deles diz respeito à evolução do montante da dívida pública catarinense. Nos governos Colombo/Pinho Moreira (2011-2018) essa dívida aumentou, em termos nominais, de R\$ 19,1 bilhões, em 2011, para R\$ 37,5 bilhões, em 2018. Grande parte

dessa evolução decorreu de empréstimos contraídos junto a agentes financeiros nacionais e internacionais para os programas “Acelera SC” e “Pacto por SC”.

O fato de se ter um estoque elevado da dívida pública não necessariamente se constitui em um problema, particularmente quando tal estoque derivou de débitos contraídos para melhorar e ampliar a infraestrutura econômica. Essa expansão só se torna um problema quando as despesas financeiras para amortização da dívida se elevam de tal maneira que passam a comprometer outros gastos públicos governamentais essenciais, com destaque para as áreas da saúde, educação, segurança e infraestrutura básica.

Essa situação passou a ser mais evidente a partir de 2012, quando houve elevação do pagamento de juros e amortizações da dívida em função do início dos pagamentos dos empréstimos relativos aos programas anteriormente mencionados, e a partir da crise econômica que teve início em 2014, a qual comprometeu tanto as arrecadações, devido à queda das atividades econômicas, como o próprio pagamento dos serviços da dívida com a União.

Particularmente, em relação a 2012 é importante registrar que o próprio “Relatório da Dívida de Santa Catarina” destaca que tanto os valores pagos com amortizações como os esforços para equilibrar as contas públicas não resultavam na quitação do débito contraído. Neste sentido, é digno de nota mencionar que a maior parte do empréstimo de U\$ 726,4 milhões obtidos junto ao Bank of America Merrill Lynch para investimentos e expansão da economia

catarinense foi utilizada para rolar a dívida com a União, conforme relatório da dívida de dezembro de 2012. Esse procedimento revela que faz sentido a afirmação corrente de que normalmente os governos pagam dívidas antigas fazendo dívidas novas.

Diante deste cenário, a partir de 2016 ocorreu a renegociação da dívida pública entre União e as unidades da Federação, capitaneada inicialmente pela Secretaria da Fazenda de Santa Catarina. Tal negociação resultou em um acordo que estabeleceu desconto de 100% do pagamento de dívidas dos Estados com a União no período entre junho e dezembro de 2016; desconto linear dos valores entre janeiro de 2017 a junho de 2018; e alongamento do prazo de pagamentos para mais 20 anos.

É fato que tal acordo propiciou um alívio nas finanças públicas estaduais e apagou o sinal amarelo que havia sido aceso em 2016. Todavia, como o período de benesses acabou em julho de 2018, certamente problemas relativos aos pagamentos da dívida – juros e encargos mais amortizações do valor principal da dívida – serão repostos já no início da próxima legislatura estadual.

O segundo aspecto que gostaria de mencionar diz respeito à mudança na composição da dívida pública catarinense a partir de 2012. Com isso, reduziu-se bastante a dívida com a União e, em contrapartida, aumentou a participação da dívida externa, que passou de 3%, em 2011, para aproximadamente 17%, em 2018.

Em função disso, nota-se que tem aumentado o percentual de participação das instituições financeiras internacionais nos

pagamentos do serviço da dívida catarinense. Como essa dívida no exterior é indexada ao dólar, o Estado está crescentemente exposto às volatilidades da política cambial, fato que poderá afetar a amortização do valor principal da dívida.

Neste contexto, finaliza-se o presente artigo apontando algumas questões envolvidas no debate sobre a dívida pública. Em primeiro lugar, é necessário rediscutir a política de investimentos do Estado, uma vez que ao longo dos últimos oito anos ela sofreu reduções contínuas diante da opção política de concentrar esforços apenas na esfera fiscal visando a apenas o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em segundo lugar, é necessário rediscutir a atual política de isenção fiscal a qual gerou uma renúncia da ordem de R\$ 5 bilhões somente no ano de 2017, montante que representa quase um quinto da arrecadação estadual. Por fim, é necessário trabalhar junto ao governo federal para que seja eliminada a indexação da dívida pública em relação à taxa Selic, com o objetivo de evitar que se aumente ainda mais a parcela do PIB destinada ao pagamento dos juros da dívida. Obviamente que esse assunto diz respeito à agenda política nacional, todavia entendemos que um governador de Estado não pode se eximir desse debate.

Considerando-se que nos últimos 17 anos Santa Catarina pagou cerca de R\$ 13 bilhões junto aos credores e, mesmo assim, a dívida pública continuou crescendo expressivamente, avaliamos ser oportuno neste momento que o assunto seja rediscutido por parte daqueles que almejam governar o Estado nos próximos quatro anos.

Notícias do Dia
Ponto e Contraponto
"Rapidez nos julgamentos"

Rapidez nos julgamentos / Jorge Mussi / Corregedoria-Geral da Justiça / TSE / Fake news / Curso de Direito / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina

Rapidez nos julgamentos

Ministro Jorge Mussi assume nesta terça a Corregedoria-Geral da Justiça

As eleições de 2018 ocorrerão em um dos cenários mais atípicos desde a redemocratização do país. Além do pedido de candidatura do ex-presidente Lula, que está preso em Curitiba desde 7 de abril, o pleito deste ano exigirá do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) atenção redobrada com as *fake news*, com o uso de dinheiro público nas campanhas e com prazos mais exíguos para os julgamentos.

Em entrevista exclusiva ao *Notícias do Dia*, o ministro Jorge Mussi, que assume a Corregedoria-Geral do TSE nesta terça ao lado da Ministra Rosa Webber, que assume a presidência do tribunal, disse que o maior desafio das eleições é garantir que o exercício da democracia seja alcançada no dia 7 de outubro.

Um dos grandes desafios, segundo o ministro, será o julgamento dos pedidos de can-

didaturas. "Temos que ter agilidade para julgar as campanhas que não preenchem os requisitos. Nesta quarta-feira encerra o prazo para as candidaturas, e na quinta já começaremos a analisar os pedidos", afirmou.

Mussi confirmou que o tribunal dará atenção especial ao pedido do ex-presidente Lula. "Acredito que até o dia 10 de setembro o pedido dele [do ex-presidente] já tenha decisão", informou.

Sobre as *fake news*, o ministro adiantou que o tribunal realizará uma força-tarefa para retirar do ar "qualquer conteúdo que não corresponda com a verdade", disse. Mussi ressaltou que a Justiça Eleitoral tem a característica de ser rápida, e que deve manter esta tradição. "Em alguns casos, os julgamentos ocorrem em horas. Em que pese haja algumas



SÉRGIO AMARAL/IMPULSIONANDO

Combate às notícias falsas será intensificado pelo TSE

contestações sobre a urna eletrônica, no que diz respeito ao voto impresso, o Brasil tem um sistema seguro e rápido. Em quatro horas nós divulgamos ao mundo o resultado de uma eleição presidencial", explicou.

Jorge Mussi é graduado em direito pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Foi

consultor jurídico do Estado, procurador-geral de Florianópolis até ser escolhido pelo quinto constitucional como desembargador do TJSC (Tribunal de Justiça de Santa Catarina). Em dezembro de 2007, foi nomeado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao cargo de ministro do STJ. ●

Diário Catarinense Diário do Leitor (Nas Redes)

PF / Suicídio / Reitor / UFSC

4 DIRETOR-GERAL da PF relata detalhes da prisão de Lula e da situação após suicídio do reitor da UFSC:

<http://bit.ly/2MeUjzh>

**Notícias do Dia
Panorama**

“A UFSC realiza nesta semana”

A UFSC realiza nesta semana / Florianópolis / Work Week / Feira /
Recrutamento

A UFSC realiza nesta semana, em
Florianópolis, a terceira edição da Work Week. A feira coloca lado a lado estudantes e empresas interessadas nesses futuros profissionais. Até amanhã os estudantes terão a oportunidade de conhecer as características e os processos de recrutamento de cerca de 40 empresas, principalmente de tecnologia. O setor acumula mais de 180 vagas abertas. Amanhã, empresas participantes farão processos seletivos no próprio evento, entre elas estão Softplan, Resultados Digitais, Hexagon, HostGator e Cheesecake Labs.

Notícias do Dia Cidade "Trânsito no dia a dia dos alunos"

Trânsito no dia a dia dos alunos / Dnit-SC / UFSC / CTB / Código de Trânsito Brasileiro / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Florianópolis / Percepção de risco no trânsito / LabTrans / Laboratório de Transportes e Logística / Flavio De Mori / Educação no trânsito

Cidade 4. NOTÍCIAS DO DIA
FLORIANÓPOLIS, TERÇA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 2018

Editor: RODRIGO LIMA
rodrigolima@noticiasdodia.com.br

Trânsito no dia a dia dos alunos

Projeto coordenado por Dnit-SC e UFSC poderá ser utilizado em disciplinas básicas nas escolas

MICHAEL GONÇALVES
michael.goncalves@noticiasdodia.com.br

No cumprimento de uma determinação do CTB (Código de Trânsito Brasileiro), o Dnit-SC (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) e a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) lançaram ontem, em Florianópolis, o projeto escola "Percepção de risco no trânsito". O objetivo é inserir de forma transversal nas disciplinas escolares do ensino fundamental, do 1º ano ao 9º ano, o conceito de educação para o trânsito em estabelecimentos de ensino público a um raio de dois quilômetros de rodovias federais. Seis escolas estaduais e duas municipais, em Santo Amaro da Imperatriz, Palhoça e Florianópolis, serão as contempladas neste primeiro momento.

A intenção é a redução no número de acidentes de trânsito que, em 2017, mataram 6.244 pessoas nas rodovias federais em todo o país. "Teremos um portal com todo o material específico sobre o trânsito que poderá ser utilizado de forma transversal nas disciplinas básicas, como matemática e português. O portal também será aberto a toda e qualquer escola, das redes pública ou privada, mesmo que estejam distante das rodovias federais. Queremos inverter o processo de educação no trânsito, onde a criança identifique os delitos dos próprios familiares", explica a chefe dos serviços de operação do Dnit-SC, Juliana Wutke.

Os professores das oito escolas da Grande Florianópolis participaram de uma capacitação com os profissionais do LabTrans/UFSC (Laboratório de Transportes e Logística), que desenvolveram o projeto. O coordenador do laboratório, Flavio De Mori, informou que os professores receberam os materiais com objetivo de inserir trânsito no dia a dia das disciplinas.

Segundo De Mori, a grande parte de acidentes acontece por imprudência do motorista, do pedestre ou do ciclista. "O cotidiano faz com que as pessoas não percebam o risco que é uma rodovia federal. A ideia é conseguir despertar a percepção do risco, a consciência e que tenham atitudes seguras para atravessar ou utilizar a rodovia. E não estamos falando apenas das crianças, mas de toda a comunidade escolar. Porque o objetivo é que as crianças possam influenciar a todos, por meio da consciência crítica", diz.



Flavio De Mori (2º da esq. para a dir.) diz que a ideia é despertar a percepção do risco na comunidade escolar

Queremos inverter o processo de educação no trânsito, que a criança identifique os delitos dos próprios familiares".

Juliana Wutke, chefe dos serviços de operação do Dnit

Alunos atropelados na Via Expressa

■ A Escola de Educação Básica América Dutra Machado, no bairro Monte Cristo, em Florianópolis, fica a menos de um quilômetro da BR-282 (Via Expressa), por onde passam cerca de 130 mil veículos por dia. Algumas dessas crianças vivem às margens da rodovia ou precisam atravessá-la para chegar ao colégio. A professora Cristiane Duarte Souza, que trabalha com as crianças do 5º ano, apoia a iniciativa do Dnit e da UFSC.

Nos últimos anos, dois alunos foram atropelados na Via Expressa. "A grande parte das crianças do bairro Monte Cristo mora ao lado da rodovia, que é a extensão da área de lazer da comunidade. Despertar a consciência para o risco das rodovias é essencial, porque já tivemos dois alunos atropelados que estavam correndo atrás de pipas. Todo o investimento que defende a manutenção da vida deve ser valorizado", conta Cristiane.

O projeto "Percepção de risco no trânsito" foi implantado como piloto, em 2007, no Estado. A diferença é que até então o assunto educação no trânsito era considerado uma disciplina isolada e, agora, estará inserida em diferentes conteúdos. Em Santa Catarina, mais de 9.000 alunos foram atendidos, em 22 unidades de ensino e com a capacitação de 430 professores.

Segundo o LabTrans/UFSC, 27 mil escolas estão a um raio de dois quilômetros das rodovias federais no Brasil. Outras 3.000 estão localizadas nas marginais das rodovias.

INÍCIO DO PROJETO

Primeiras escolas contempladas

- EEB América Dutra Machado - Florianópolis
- EEB Edith Cama Ramos - Florianópolis
- EEB Presidente Roosevelt - Florianópolis
- EEB Daysa Werner Salles - Florianópolis
- EBM Almirante Carvalhal - Florianópolis
- EEF Dom Jaime de Barros Câmara - Palhoça
- EEB Prof. Silveira de Matos - Santo Amaro da Imperatriz
- EBM Judite Adelina Schurhaus - Santo Amaro da Imperatriz

†OBITUÁRIO

Afonso Petry, 80 anos, morreu no Cepon. Sepultado no cemitério municipal de Ratonas.

Elson Eriksen Filho, 49 anos, morreu no Cepon. Sepultado no cemitério do Passa Vinte, em Palhoça.

José Eduvirgem dos Santos, 71 anos, morreu no Hospital Nereu Ramos. Sepultado em Paulo Lopes.

Tracema Júlia da Silva, 81 anos, morreu no Cepon. Sepultado em Antônio Carlos.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

Jorge Boeira

ACIVA quer somar forças com a UFSC para agilizar processo de melhorias estruturais no campus de Araranguá

ACIVA se une a UFSC para agilizar melhorias no campus de Araranguá

Busca por melhorias no curso de medicina

Liberal que sente saudades da ditadura nunca foi liberal

UFSC faz apresentação formal da gestão que administrará a universidade até 2022

Margarida Baird apresenta o espetáculo Maria, a Madalena no Teatro da UFSC

Carmen Fossari lança livro na Bienal de São Paulo

Projeto deve inserir educação no trânsito no currículo de escolas da Grande Florianópolis

Com -3.8°C São Joaquim tem geada e surpreendente variação de temperatura

Julgamento de pedidos de candidatura terá prioridade no Tribunal

Grandes mudanças no setor da mobilidade nas próximas décadas